

ÉTICA NA PESQUISA SOCIAL E OS DESAFIOS CONFERIDOS PELO MODELO COLONIAL DA CIÊNCIA

ETHICS IN SOCIAL RESEARCH AND THE CHALLENGES CONFERRED BY THE COLONIAL SCIENCE MODEL

Jhonathan Raphael Andrade

Mestre em Alimentação e Nutrição pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Psicólogo e nutricionista. Docente do Centro Universitário Santa Cruz e da Gran Faculdade, em Curitiba.

E-mail: jhonathandrade@gmail.com

Ricardo de Amorim Cini

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Bioética pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Docente da PUCPR. Tecnólogo em Gastronomia pela PUCPR.

E-mail: ricardo.cini@pucpr.br

Thiago Rocha da Cunha

Doutor e mestre em Bioética, com concentração em Saúde Pública, pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Bioética e dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

E-mail: rocha.thiago@pucpr.br

Resumo: A pesquisa social desempenha papel-chave na análise de problemas contemporâneos relacionados à economia, à cultura e à sociedade. Este estudo busca discutir a relação entre a ética e a epistemologia da pesquisa social, principalmente ante o domínio da ciência hegemônica, que se apoia em modelos positivos. A pesquisa propõe uma abordagem crítica à visão eurocêntrica e colonial da ciência, apontando para o reconhecimento de saberes locais e o comprometimento com a transformação da realidade social. Para tanto, são analisados desafios éticos práticos, como a adequação das práticas sociais ao modelo de revisão ética da pesquisa biomédica, os efeitos da colonialidade na produção científica e a desobediência epistêmica como meio de transformar o conhecimento dominante. Ao concluir, aponta a necessidade de a pesquisa social incluir os saberes e as especificidades

das regiões e dos grupos historicamente excluídos, garantindo uma produção de conhecimento mais justa, representativa e acurada das diferentes realidades sociais.

Palavras-chave: Colonialismo. Epistemologia crítica. Estudos decoloniais. Práticas de pesquisa. Responsabilidade social.

Abstract: Social research plays a key role in analyzing contemporary problems related to the economy, culture, and society. This study aims to discuss the relationship between ethics and the epistemology of social research, especially in the face of the dominance of hegemonic science, which relies on positivist models. The research proposes a critical approach to the Eurocentric and colonial view of science, pointing to the recognition of local knowledge and commitment to transforming social reality. To this end, practical ethical challenges are analyzed, such as the adequacy of social practices to the biomedical research ethics review model, the effects of coloniality on scientific production, and epistemic disobedience as a means of transforming dominant knowledge. In conclusion, it points out the need for social research to include the knowledge and specificities of historically excluded regions and groups, ensuring a more just, representative, and accurate production of knowledge about different social realities.

Keywords: Colonialism. Critical epistemology. Decolonial studies. Research practices. Social Responsibility.

INTRODUÇÃO

A pesquisa social tem papel fundamental na compreensão dos grandes problemas contemporâneos que envolvem temas variados, como a economia, a cultura, o ambiente, a sociedade, além do próprio processo de saúde e doença. Em sua abordagem epistemológica mais ampla, crítica e inclusiva, a pesquisa social se apresenta como um campo não apenas de conhecimento das diferentes realidades, mas também de incorporação de métodos e saberes de diferentes contextos para a compreensão e transformação dos fenômenos sociais historicamente marcados por injustiças.

No entanto, esse necessário processo de pluralidade metodológico segue marginalizado, especialmente pela manutenção do modelo hegemônico de ciência, fundamentado na racionalidade moderna e colonial de bases eurocêntricas. Historicamente, esse processo tem gerado um verdadeiro epistemicídio global por meio da desconsideração, da desvalorização ou do ocultamento de formas de saberes não eurocentrados (Nascimento, 2009; Souza; Nascimento, 2018; Delfino, 2022).

Assim, cientistas, técnicos, docentes, intelectuais e outros profissionais de países historicamente colonizados, sobretudo quando são pessoas não brancas, só passam a

ser reconhecidos como detentores de conhecimento válido quando abandonam suas próprias formas culturais de se portar, pensar e saber. A esse processo de dominação colonial, soma-se o estabelecimento de modelos organizacionais que atendam a uma lógica produtivista, reproduzindo uma racionalidade puramente instrumental e econômica (Carlotto; Garcia, 2018).

A abordagem crítica da pesquisa social, ao se afastar do reducionismo à lógica hegemônica e supostamente neutra das ciências naturais – marcadas pela quantificação, reprodução e generalização –, visa destacar fenômenos e problemas sociais a partir de abordagens qualitativas, que, mesmo quando faz uso complementar de métodos e dados quantitativos, busca valorizar as singularidades dos processos sociais, enfatizando aspectos fenomenológicos, históricos, culturais, bem com seus impactos na realidade concreta (Demo, 2008).

Tal abordagem possui importante potencial para desafiar e romper com a racionalidade colonial, que ainda influencia instituições, práticas científicas e políticas em diversas regiões (Rosa, 2022). Tal como indicam diferentes autores e autoras, esse rompimento é passo fundamental para a descolonização de práticas acadêmicas, permitindo que as ciências sociais valorizem saberes locais e promovam uma produção de conhecimento que não dependa apenas da perspectiva eurocêntrica (Mignolo, 2010; Smith; Tuck; Yang, 2019; Kumar *et al.*, 2022).

A prática de uma “desobediência epistêmica”, proposta por Mignolo (2010), é central no projeto de descolonização dos saberes, incentivando a reestruturação das formas de conhecimento que deem espaço a epistemologias e saberes que emergem das vivências e cosmovisões de comunidades historicamente hierarquizadas pela persistente gestão colonial do mundo.

Ao posicionarem a pesquisa social como uma prática reflexiva e crítica nesse projeto de descolonização, tais esforços ampliam o reconhecimento de saberes locais, fortalecem a legitimidade de perspectivas diversas dentro da ciência e levam, potencialmente, a uma compreensão mais adequada e acurada das próprias realidades estudadas.

Alguns autores analisam como a colonialidade do saber impacta diretamente o modo de a pesquisa social se relacionar com o campo da saúde (Bezerra; Cavalcanti; Moura, 2023), destacando que as metodologias científicas dominantes nesses estudos tendem a reforçar hierarquias de conhecimento que privilegiam abordagens biomédicas em detrimento de perspectivas interdisciplinares.

No entanto, tal como na pesquisa social em geral, a pesquisa em saúde não pode ser dissociada das condições socioculturais e históricas em que os sujeitos estão inseridos, pois esses fatores influenciam diretamente tanto a produção do conhecimento quanto a aplicabilidade das intervenções. Dessa forma, é necessário adotar um olhar

crítico sobre os processos de investigação interdisciplinar, reconhecendo que a saúde não é apenas uma questão biológica, mas também social e política.

Nesse sentido, a articulação entre bioética e sociologia da ciência oferece contribuições para uma análise crítica dos problemas globais em saúde, indo além da tradicional ética aplicada.

De acordo com Lorenzo e Neves (2023), a articulação entre essas áreas permite aprofundar a investigação sobre a integridade epistemológica das ciências da saúde, as implicações ético-políticas no acesso e na segurança das novas tecnologias, e os desafios ético-filosóficos que envolvem a conduta da comunidade científica e dos profissionais de saúde. Dessa forma, quando se consideram os impactos sociotécnicos no desenvolvimento e na regulação das inovações biomédicas, amplia-se a perspectiva bioética para além de sua construção epistemológica tradicional, de modo a promover uma abordagem mais crítica e plural.

Com base nessas perspectivas, este estudo problematiza as abordagens hegemônicas das ciências sociais, marcando uma crítica à abordagem colonial do conhecimento que segue gerando – ou no mínimo ocultando – as dinâmicas de opressão, exclusão e vulneração presentes nas diferentes realidades sociais. Para tanto, o trabalho relaciona algumas implicações específicas desse modo hegemônico na prática de pesquisa social em saúde, bem como nos desafios para sua regulação ética.

CIÊNCIA, COLONIALIDADE E OS DESAFIOS PARA A PESQUISA SOCIAL

Quando se discutem os parâmetros de desenvolvimento da pesquisa social aplicada em saúde, surgem questionamentos que refletem parâmetros estabelecidos pelas ciências naturais. Esse padrão, baseado em critérios instrumentais e com uma estrutura lógica voltada para uma suposta objetividade, busca se apresentar como um modelo universal, considerado o único legítimo para a produção de conhecimento. Tal modelo seria caracterizado por uma busca por replicabilidade e pela adesão a padrões estritos de verificabilidade. Nesse contexto, visaria garantir que os resultados sejam generalizáveis e passíveis de replicação, o que conferiria a essa forma de conhecimento um caráter de neutralidade.

No entanto, tal abordagem ignora a complexidade e as particularidades dos fenômenos sociais, além de tentar silenciar modelos alternativos de conhecimento, como os que surgem nas ciências sociais, que se baseiam na reflexão crítica e na exploração de novas metodologias não necessariamente quantificáveis.

A construção dos modelos de ciência pode ser examinada a partir das análises de Thomas Kuhn (1978) que, em *A estrutura das revoluções científicas*, introduz a ideia de que a ciência não se desenvolve de maneira linear e cumulativa, mas passa por “rupturas paradigmáticas” que substituem antigos modelos científicos por novos, mais

adequados à explicação dos fenômenos observados. Para Kuhn (1978), a ciência tradicional, baseada no paradigma positivista, funciona dentro de um conjunto de regras que definem o que é ciência legítima: a busca pela objetividade, pela quantificação e pela replicabilidade. Essas características são, de acordo com Kuhn (1978), essenciais para garantir a validade e a precisão dos dados científicos.

Autores vinculados aos estudos decoloniais, especialmente Mignolo (2010), explicam que tais processos de construção e legitimação das ciências hegemônicas – e, na verdade, de toda a racionalidade moderna – não são de ordem endógena, isto é, não tratam de rupturas paradigmáticas que ocorrem apenas no interior do desenvolvimento das próprias ciências, mas são, antes de tudo, resultados de processos históricos bem definidos, relacionados à necessidade de criação de métodos, processos e discursos necessários ao projeto de colonização da Europa.

De fato, o paradigma hegemônico da ciência moderna – que estrutura tanto as ciências naturais quanto as ciências sociais – foi fundamental não apenas para a manutenção de todo o projeto de colonização, mas para sua continuidade na forma de diferentes colonialidades (Nascimento, 2009). A própria ciência social positivista, que surgiu com figuras como Auguste Comte e Émile Durkheim, sustenta a ideia de que o mundo social pode ser estudado de maneira objetiva, como se fosse um fenômeno natural, utilizando métodos semelhantes aos das ciências físicas. Dessa forma, ela busca identificar leis gerais, por meio de observação e experimentação, que permitam a previsão e o controle de fenômenos sociais, incluindo a gestão de todo o aparato do projeto colonial.

No entanto, ao adotar uma postura metodológica rígida e reduzir a complexidade do comportamento humano a números e estatísticas, a ciência positivista acaba por desconsiderar as subjetividades e os contextos culturais que influenciam os fenômenos sociais. É nesse ponto que surge, especialmente no contexto subalterno do sistema mundo moderno/colonial, a crítica de cientistas sociais que buscam novas formas de produção de conhecimento, mais abertas às influências contextuais e capazes de refletir as realidades locais e as particularidades de grupos marginalizados.

Nessa perspectiva crítica e situada, a pesquisa social, com suas possibilidades de compreensão qualitativa, fenomenológica e ético-política, coloca-se como uma alternativa à ciência hegemônica (González, 2000; Minayo, 2008). Essa abordagem crítica à ciência positivista hegemônica é uma das bases da proposta de transformação epistemológica nas ciências sociais, que busca incorporar outras formas de saber e novas metodologias que questionem as práticas dominantes, promovendo uma ciência que é também uma *práxis social*.

Como Minayo (2008) discute em *O desafio do conhecimento*, a natureza da pesquisa social está intrinsecamente ligada à relação entre o pesquisador e o objeto de estudo, em que os valores sociais, políticos e culturais do pesquisador não são neutros,

mas moldam as escolhas metodológicas e interpretativas. A pesquisa, portanto, não pode ser vista apenas como uma ferramenta técnica; ela é também um processo ético e político que envolve sujeitos com suas subjetividades, crenças e contextos.

González (2000) reforça essa ideia ao afirmar que, quando a pesquisa envolve seres humanos, o pesquisador, como ser social, traz consigo uma compreensão única sobre o ser humano, influenciada por suas próprias vivências, valores e visões de mundo. Isso destaca a importância de refletir sobre o papel do pesquisador na construção do conhecimento científico. Muitas vezes, os estudos científicos não são isentos de influências, e suas escolhas metodológicas podem refletir decisões políticas e orçamentárias que impactam diretamente as práticas de pesquisa e as agendas científicas. Nesse sentido, a crítica à hegemonia da pesquisa quantitativa e universalista, que ignora a diversidade das experiências humanas e o papel da própria racionalidade moderna na manutenção das colonialidades, é fundamental para a construção de uma ciência que busque compreender e transformar os problemas reais que afetam as realidades situadas.

E quando aplicamos essa problemática ao tema das pesquisas sociais em saúde, surgem outras questões relacionadas ao modo de regulação ética das pesquisas envolvendo seres humanos, o que traz desafios de ordem epistemológica, política e normativa. Na próxima seção, abordamos a partir do caso brasileiro algumas tensões relacionadas ao processo de regulação ética das ciências sociais por paradigmas presentes não apenas nas ciências biomédicas, mas também nas próprias ciências sociais.

PESQUISA SOCIAL EM SAÚDE, REGULAÇÃO ÉTICA E OS DESAFIOS DO PARADIGMA CIENTÍFICO HEGEMÔNICO

No Brasil, ao questionarem os parâmetros estabelecidos pelo modelo biomédico, as ciências humanas e sociais suscitam o enfrentamento e uma releitura de conceitos éticos em projetos de pesquisa social na área da saúde. No Brasil, o órgão regulador que reforça tais parâmetros é o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que defende que cada instituição está sob a orientação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) por meio da Resolução nº 196/1996, posteriormente revogada e alterada para Resolução nº 466/2012 (Mello, 2016).

A revogação da versão inicial da Resolução CNS nº 196/1996, embora tenha gerado preocupação quanto a retrocessos relacionados a aspectos como *double-standard* moral, flexibilização de avaliação de pesquisas patrocinadas pelo governo e pagamentos a sujeitos de pesquisa (Porto; Cunha; Martins, 2013), também trouxe avanços potencialmente protetivos, como a criação de uma resolução ética específica para as pesquisas nas ciências sociais, consolidada na Resolução nº 510/2016.

Apesar dessas mudanças significativas, a ética em pesquisa não pode ser reduzida às formalidades dos sistemas de avaliação ética, como defendem Silva, Mendes e

Nakamura (2012). A ética deve ser um princípio essencial e indissociável de qualquer pesquisa, exigindo uma reflexão constante do pesquisador sobre suas intenções e sobre o impacto que suas escolhas têm sobre os sujeitos envolvidos e sobre o propósito da pesquisa.

A crítica à normatização ética da pesquisa social por parâmetros biomédicos é uma forma de desconstruir a ideia de objetividade absoluta, comum nas ciências positivistas, que não considera as particularidades sociais e culturais dos grupos estudados (González, 2000). De acordo com Diniz (2010, p. 183), a “pesquisa social” é compreendida em contraste à “pesquisa biomédica”, isto é, uma investigação com seres humanos “usando métodos de pesquisas qualitativos que contam com concepções analíticas das ciências sociais e humanas”.

Com o intuito de corroborar o impedimento desse quesito no estudo etnográfico, apresenta-se uma diferenciação entre “pesquisa em seres humanos” e “pesquisa com seres humanos”. No que concerne à pesquisa em seres humanos, a relação entre sujeito e objeto da pesquisa tem como arquétipo uma situação de intervenção, no qual os participantes são colocados em uma posição que exclui a subjetividade deles. Nesse cenário, a concessão se forma de uma obrigatoriedade não só legítima, como também de maior importância. Na hipótese de pesquisa com seres humanos (que se difere da pesquisa em seres humanos), o sujeito passa de uma condição de “estudado” ou de objeto de intervenção a um papel de ator, sujeito participativo da pesquisa (Oliveira, 2004).

A pesquisa social, portanto, deve caminhar para uma abordagem que reconheça e respeite a diversidade e as especificidades dos saberes e sujeitos, promovendo um conhecimento mais inclusivo, e que tenha, de fato, um impacto positivo nas comunidades envolvidas. Como aponta Peixoto (2017), a ética nas ciências sociais deve ser entendida como um processo de relação contínua entre os pesquisadores e as populações, respeitando suas vozes e conhecimentos, e não como um conjunto rígido de regras.

Complementando essa perspectiva, pode ser resgatado o trabalho de Minayo e Guerriero (2014), no qual destacam três pontos essenciais sobre a ética na pesquisa social: o envolvimento do pesquisador com o campo, a análise do material coletado e o relato do conhecimento empírico. Quanto ao primeiro ponto, a auto-observação do pesquisador é crucial, pois a proximidade com o participante pode alterar a percepção de ambos, gerando intimidade que, por vezes, pode comprometer a imparcialidade do estudo. A análise do material, por sua vez, deve evitar superficialidades, buscando uma compreensão mais profunda, que vá além do que é dito verbalmente e que inclua outros contextos e ferramentas. Por fim, o relato do conhecimento deve ser sensível à reflexividade do pesquisador, que deve estar ciente de sua presença e influência durante o processo de coleta e construção do material.

De todo modo, deve-se pontuar que a pesquisa social de uma forma geral não é o contraponto do positivismo da ciência biomédica. Em geral, ainda persistem na pesquisa social tendências que aderem à perspectiva mais positivista de Durkheim e outras que seguem uma perspectiva mais compreensiva fundada por Max Weber. Recentemente, tem havido um movimento em direção à integração dessas abordagens, em um processo cuja síntese pode permitir que os pesquisadores abordem questões complexas, como a interseção de classe, raça e gênero, de maneira mais holística.

Nessa perspectiva, o contraponto da pesquisa social eticamente orientada, crítica e distante da instrumentalização colonial das ciências hegemônicas não se reduz apenas a aspectos epistemológicos e metodológicos, mas sobretudo recai sobre as dimensões éticas e políticas, em que os pesquisadores passam a compreender suas responsabilidades como agentes ativos de transformação da realidade social, especialmente em contextos em que as hierarquias coloniais (classe, raça, gênero e outros) persistem de modo estruturante.

Assim, no contexto da pesquisa social, o envolvimento do pesquisador eticamente comprometido com as transformações – e não apenas com as descrições – no campo é um aspecto fundamental, pois a proximidade com os participantes pode gerar tanto enriquecimento quanto desafios. O desafio ético na pesquisa social vai além das questões burocráticas dos comitês de ética e está intimamente relacionado à vulnerabilidade e ao acesso desigual ao conhecimento, especialmente quando se trata de populações marginalizadas. Este é um dos maiores dilemas éticos enfrentados pela ciência: como superar as desigualdades estruturais e dar voz aos silenciados?

A pesquisa social, em especial as de abordagens qualitativas e participativas, tem o potencial de transformar essa realidade, pois permite uma abordagem mais sensível às realidades locais, em que o participante deixa de ser visto como um simples objeto de estudo e se torna um colaborador ativo no processo de produção de conhecimento.

Contudo, a efetivação desse potencial frequentemente é limitada por obstáculos relacionados aos valores predominantes no campo científico, como a manutenção de uma visão de ciência suposta neutra, a falta de financiamento adequado e o escopo restrito das agendas editoriais, que priorizam a produção de dados quantificáveis e padronizados. Esses desafios, como apontado por Silva, Mendes e Nakamura (2012), podem comprometer a capacidade da pesquisa social de produzir conhecimentos que questionem as estruturas de poder e que, em vez de beneficiarem a pesquisa hegemônica, visem dar visibilidade e autonomia aos sujeitos pesquisados. Os paradigmas da ciência ocidental cartesiana, que priorizam a objetividade e a busca por dados quantificáveis, minimizam a complexidade dos fenômenos sociais e as especificidades das realidades vividas pelos sujeitos.

Essa é uma forma institucionalizada de colonialidade do saber denunciada por Walter Dignolo que, conforme discutido por diferentes autores, como Smith, Tuck e Yang (2019) e Kumar *et al.* (2022), manifesta-se na imposição do modelo universalista e normativo eurocêntrico sobre práticas científicas, desconsiderando epistemologias locais e metodologias que divergem da tradição hegemônica.

Tal processo gera desafios para os pesquisadores que buscam compreender fenômenos sociais complexos, como os impactos das tecnologias de saúde ou os dilemas ético-políticos do acesso a tratamentos. A ausência de diretrizes específicas para a pesquisa qualitativa e a sub-representação de pesquisadores dessa área nos espaços decisórios sobre ética em pesquisa reforçam essa assimetria epistemológica, dificultando avanços na regulação da pesquisa social em saúde.

Além disso, para garantir uma pesquisa verdadeiramente plural, contextualizada conforme argumentam Lorenzo e Neves (2023), é necessário superar a exclusividade da abordagem normativa e burocrática, incorporando contribuições da sociologia da ciência e dos estudos sociais da ciência e tecnologia. Essa integração permitiria uma análise mais profunda das relações de poder envolvidas na produção do conhecimento, promovendo um modelo regulatório que não apenas equilibra a proteção dos sujeitos com o reconhecimento das especificidades metodológicas da pesquisa social, mas que também torna a pesquisa social uma práxis de transformação social e mesmo de descolonização dos saberes.

CONCLUSÃO

Para situar a abordagem de aspectos éticos e metodológicos da pesquisa social, é necessário questionar a instrumentalização da ciência para o aprofundamento e a perpetuação das diferentes formas de colonialidade, incluindo desigualdades e explorações, que podem ocorrer desde a delimitação dos objetivos de pesquisa até sua divulgação e aplicação. Sustentada em suposições de objetividade e universalidade, a lógica hegemônica da ciência não se permite ver a si mesma como influenciada por interesses e valores, reforçando a manutenção de paradigmas científicos convencionais no desenvolvimento de um paradigma clínico centrado em vendas de medicamentos.

Contudo, ao considerar as especificidades, os saberes e as necessidades das populações hierarquizadas no contexto do sistema mundo moderno/colonial, a pesquisa social tem o potencial de oferecer alternativas ao modelo hegemônico de produção de conhecimento, permitindo a criação de saberes mais representativos e transformadores.

Nesse contexto, a definição do que é ciência na pesquisa social é desafiada, uma vez que ela envolve uma abordagem que reflete sobre as desigualdades e as dinâmicas de poder, especialmente aquelas relacionadas à colonialidade. Isso leva a pesquisa

social a enfrentar desafios éticos, como a adequação metodológica aos padrões exigidos pelos comitês de ética, como o CEP e a Conep, que muitas vezes se baseiam em uma lógica centrada em modelos de pesquisa hegemônica.

Nas práticas de pesquisa social, reconhecer e incorporar o saber do outro estabelecido na diferença colonial é dar um acento de legitimidade ao seu discurso e à sua existência, e para isso alguns pressupostos impostos pela ciência hegemônica, como objetividade e neutralidade, tentam desvalorizar a pesquisa social eticamente comprometida, buscando, de forma concreta, silenciar as vozes, os processos e os produtos daqueles pesquisadores e pesquisadoras, especialmente do Sul Global, que, longe de se renderem como instrumentos dos processos coloniais, buscam denunciá-los e superá-los.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, P. A.; CAVALCANTI, P.; MOURA, L. B. de A. Colonialidade e saúde: olhares cruzados entre os diferentes campos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, p. e330103, 2023.
- BRASIL. Resolução nº 196/1996, versão 2012. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, 2012. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/23_out-versao_final_196_encep2012.pdf. Acesso em: 6 jul. 2018.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/reso466.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2018.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.
- CARLOTTO, M. C.; GARCIA, S. G. Novos saberes, novas hierarquias: disputas contemporâneas em torno da profissão acadêmica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-19, set. 2018.
- DELFINO, M. S. de L. A colonialidade do saber: uma herança epistemológica colonial? *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 28, n. 83, p. 12-27, jun./ago. 2022.
- DEMO, P. Pesquisa social. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008.
- DINIZ, D. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (org.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Livres, Editora UnB, 2010. p. 183-192.
- GONZÁLEZ, A. M. *En busca de la naturaleza perdida*. Estudios de bioética fundamental. Pamplona: Eunsa, 2000.

- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- KUMAR, M. et al. Decolonising global health research: shifting power for transformative change. *PLOS Global Public Health*, v. 2, n. 9, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://journals.plos.org/globalpublichealth/>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- LORENZO, C.; NEVES, F. Bioethics and sociology: the place of social studies of science and technology. *Interface*, Botucatu, v. 27, p. e220046, 2023.
- MELLO, A. G. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, [s. l.], v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: MIGNOLO, W. D. *Desobediência epistêmica: retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010. p. 159-190.
- MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.
- NASCIMENTO, W. F. do. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. *Padê: Estudos em Filosofia, Raça, Gênero e Direitos Humanos*, [s. l.], v. 1, n. 1-2, p. 1-19, 2009. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/pade/article/view/1071>. Acesso em: 11 nov. 2024.
- OLIVEIRA, C. L. R. Pesquisas em versus pesquisas com seres humanos. In: VÍCTORA, C. et al. (org.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: Eduff, 2004. p. 33-43.
- PEIXOTO, P. Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento. *Educação: Revista Quadrimestral*, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 150-159, maio/ago. 2017.
- PORTO, D.; CUNHA, T.; MARTINS, G. Z. *Resolução CNS 466/12: uma crítica necessária*. Brasília: CFM, 2013.
- ROSA, M. C. Por uma ética da ontoformatividade: reflexões e proposições sobre a relação ontológica entre teoria e pesquisa na sociologia contemporânea do Sul Global. *Sociedade e Estado*, [s. l.], v. 37, n. 3, p. 885-906, set. 2022.
- SILVA, C. R. de C. e; MENDES, R.; NAKAMURA, E. A dimensão da ética na pesquisa em saúde com ênfase na abordagem qualitativa. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 32-41, 2012.
- SMITH, L. T.; TUCK, E.; YANG, W. Indigenous and decolonizing studies in education: mapping the long view. *Educational Studies*, 2019. Disponível em: <https://www.taylorandfrancis.com/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

SOUZA, N. C. S. de; NASCIMENTO, A. M. do. Apontamentos críticos sobre a colonialidade do saber: em defesa da pluralidade na construção do conhecimento. *Articulando e Construindo Saberes*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 247-272, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/racs/article/view/55383>. Acesso em: 11 nov. 2024.

Recebido em: 31/03/2025

Aprovado em: 11/06/2025